

## O ESPERANTO COMO ALTERNATIVA AO IMPERIALISMO LINGUÍSTICO DO INGLÊS NO SISTEMA ONU

Matheus Gomes Pereira<sup>1</sup>

**RESUMO:** A língua é uma das principais características de um povo e de uma nação. Ela define a maneira como pensamos e enxergamos o mundo, além de produzir significados e ações (RILEY, 2007). Quando articulada em forma de discurso, a língua pode se tornar um elemento de poder FAIRCLOUGH (1989), modificando entendimentos e posturas. Nas relações internacionais, assim como na esfera dos negócios, do entretenimento, da comunicação etc., a língua inglesa tem adquirido um papel cada vez mais hegemônico (CRYSTAL, 2003). Na ONU, embora haja o reconhecimento de outras línguas oficiais e aquela utilize a tradução na comunicação entre os Estados, a língua inglesa desempenha um papel predominante (PIRON, 2002), o que acaba conferindo maior vantagem discursiva a alguns Estados em detrimento de outros. Desta feita, o presente artigo busca apontar para a existência de um imperialismo linguístico no âmbito da ONU, bem como analisar por que o esperanto poderia ser uma alternativa ao modelo de comunicação até então estabelecido (PIRON, 2002). Levando esse contexto em consideração, analisa-se se e de que maneira o esperanto poderia ser uma solução mais justa e eficaz para frear o imperialismo linguístico e remediar os problemas da gestão atual da comunicação linguística internacional. O presente artigo se baseia na aplicação de métodos qualitativos e na utilização de bibliografia fundamentada em livros, artigos e teses, entre outros. Percebe-se que o esperanto pode ser uma alternativa mais igualitária, democrática e eficiente à comunicação internacional existente, no entanto devido as políticas de poder político, econômico e cultural da língua inglesa tal cenário parece pouco provável.

**PALAVRAS-CHAVE:** IMPERIALISMO LINGUÍSTICO, ONU, ESPERANTO.

---

<sup>1</sup>Bacharelado em Relações Internacionais, Associação Caruaruense de Ensino Superior (ASCES), Brasil.  
Email: matheusgomes-17@hotmail.com

## **Introdução**

A língua é uma das principais características de um povo e de uma nação. Ela é um dos elementos responsáveis por unir diferentes indivíduos em torno de um território e de uma cultura comuns. É a nossa língua que define grande parte daquilo que somos e da maneira como pensamos e enxergamos o mundo (RILEY, 2007). É por meio dela que conseguimos expressar nossas vontades, desejos e nos comunicar com o que existe de mais profundo em cada pessoa.

Segundo Pennycook (1994), existem diferentes concepções em torno do conceito de língua. No século XVIII, por exemplo, o autor aponta que a língua era entendida como um código fixo que conferia significados compartilhados aos pensamentos de uma pessoa, bem como ao mundo real. Tal entendimento é apontado por Harris (1981 apud Pennycook 1994) como reflexo do pós-renascimento na Europa, o qual estava embebido de políticas nacionalistas e de sistemas linguísticos padronizados nas escolas.

Essa ideia da língua como sendo um sistema fixo e abstrato, perdurou muito tempo no campo da linguística, cujo fundador, Ferdinand de Saussure, alegava a necessidade de estudar a língua e suas estruturas em detrimento do ato da fala (FAIRCLOUGH, 1989). Consequentemente, a língua passou a ser vista como algo invariável e estático, dissociada de fatores históricos e sociais.

Com o passar do tempo diversos autores da linguística, como o próprio Fairclough (1989), Pennycook (1994) e Crystal (2003), além, é claro, de autores provenientes de outras áreas de estudo, a exemplo de Foucault (2004), passaram a dar maior atenção às características de dinamicidade da língua, bem como a relação desta última com questões sociais (sociolinguística) e ideológicas.

Pennycook (1994), contrapondo-se ao pensamento da língua enquanto sistema fixo, afirma que a língua não é algo determinadamente pré-estabelecido, mas também algo que é construído por meio da ação social e da vontade de seus usuários. Embora reconheça que os indivíduos não se encontram totalmente livres pra fazerem o que lhes apetece com a língua, o autor prefere definir a língua como uma mudança constante, criticando, assim, visões positivistas, que entendem a língua como um sistema abstrato, dissociado do seu contexto.

Pela sua capacidade de produzir significados e ações, outra característica fundamental da língua é o fato dela constituir-se como um elemento de poder. Conforme aponta Fairclough (1989) o poder pode ser exercido tanto através de atos físicos (a violência, por exemplo), como por meio do consenso, o qual pode ser atingido, entre outras formas, por meio da ideologia. Uma das formas de veiculação desta última, por sua vez, tende a ser justamente o discurso.

## 1. Imperialismo Linguístico: o discurso como instrumento de poder

De acordo com Fairclough (1989, p.20) o discurso pode ser entendido como “a língua enquanto forma de prática social”, a qual é direcionada a um público com o objetivo de persuadi-lo ou dissuadi-lo de algo. Assim como Fairclough, Pennycook (1994, p.32) também aponta o elemento de poder presente no discurso, na medida em que este é compreendido em termos de: “relações de poder/conhecimento que estão embebidas em práticas e instituições sociais”.

Saindo do âmbito social interno, observa-se que a concepção de língua/discurso enquanto ferramentas de poder analisada acima também se aplicam às relações internacionais, uma vez que estas, em última instância, são conduzidas por pessoas. Tais fatores ganham ênfase nas Relações Internacionais<sup>2</sup> (RI) principalmente a partir da virada linguística<sup>3</sup>, a qual, ocorrida dentro do Terceiro Debate<sup>4</sup>, aponta para as profundas conexões existentes entre linguagem e realidade.

No campo teórico das RI, o Construtivismo é a corrente teórica que mais ressalta o valor da língua e do discurso enquanto variáveis fundamentais para a compreensão das relações internacionais. Nogueira e Messari (2005, p.170) ao citarem Kratochwil (1989), mostram que entender as regras do discurso é fundamental pra se entender as regras que formam a realidade, já que o discurso influencia “nossos entendimentos e nossas ações”.

O Construtivismo rompe com a ideia de que a língua é meramente uma representante da realidade (GOMES, 2012), para categorizá-la como construtora social da realidade. A partir desta concepção, Adler (1999) aponta que as comunidades nacionais não existem apenas em termos físicos, mas sua existência também ocorre em torno de símbolos, instituições, práticas e discursos, os quais são frutos de entendimentos coletivos.

Um dos pontos centrais da teoria Construtivista, conforme apresenta Nogueira e Messari (2005), é a ideia de agência e estrutura. Por agência entende-se a capacidade dos atores de modificar o estado atual das coisas, enquanto que por estrutura depreendem-se as limitações que constroem a ação desses atores. Nesse sentido, ambos, estrutura e agência, influenciam-se e constituem-se mutuamente, não havendo ordem de precedência ou capacidade entre eles.

Tomando a realidade como algo que os atores influenciam e que não é dado externamente, Onuf (apud Zehfuss, 2002) alega que esta realidade é construída através de atos, os quais podem ser de natureza física ou discursiva. Por ato físico compreendem-se

---

<sup>2</sup> Utilizo as letras iniciais maiúsculas para me referir à disciplina das Relações Internacionais e letras iniciais minúsculas quando se trata do objeto das relações internacionais.

<sup>3</sup> Segundo Gomes (2012, p.645) a virada linguística busca: “[...] romper com a concepção representacionista da linguagem, ou seja, afastar-se da ideia de que a linguagem seria única e exclusivamente um reflexo das condições materiais e/ou ideacionais da sociedade”.

<sup>4</sup> A virada linguística ocorre no âmbito das ciências sociais, de forma geral, e é incorporada às RI no contexto do Terceiro Debate.

as ações decorrentes do discurso, como, por exemplo, a ordem de invasão de um país por um líder às suas tropas. Já o ato discursivo tem o poder de modificar o entendimento que se tem da realidade, gerando efeitos práticos também, como a mudança de uma Constituição, por exemplo.

De maneira geral, o discurso pode ser entendido como um conjunto de frases dirigido a um determinado público com o intuito de persuadi-lo de algo. Desta feita, o discurso constitui-se muito bem numa forma de poder na medida em que procura influenciar o comportamento e o pensamento da audiência (LEITE, 2012).

Ao longo da história, é possível observar uma miríade de exemplos, nos quais o discurso foi essencial não apenas pra o estabelecimento de normas, como também pra justificação de determinadas práticas. Foi por meio do discurso do fardo civilizatório que os europeus buscaram legitimar a colonização das Américas e da África (SALES JR, 2008); Foi também utilizando o discurso da raça pura e colocando a culpa nos judeus pelos males enfrentados pela Alemanha no Século XX que Hitler convenceu a sociedade alemã a empreender um conflito que, mais tarde, culminou na Segunda Guerra Mundial (RASH, 2006).

Percebe-se assim, que o discurso detém papel ímpar no entendimento das dinâmicas internacionais. Nas Organizações Internacionais (OIs), em que, segundo Adler (1999) interesses e identidades são definidos, ter habilidades discursivas é algo crucial para influenciar o comportamento de outros Estados.

No caso das Nações Unidas (ONU), analisado no tópico seguinte, se verá que, muito embora aquela possua seis idiomas oficiais, uma esmagadora parte dos discursos conduzidos dentro do Organismo é em inglês. Desta feita, supõe-se que tal quadro, acaba conferindo maior capacidade de influencia aqueles que dominam o inglês em detrimento daqueles que não o possuem<sup>5</sup>.

### **A predominância da língua inglesa no sistema ONU e os custos desse sistema**

O inglês é atualmente a língua oficial mais utilizada nas OIs de forma geral. Nos anos 1995-1996 o número de OIs conforme aponta Crystal (2003) era de 12.500. Dessas, um terço listava a língua que utilizavam como oficial ou trabalho. Ao analisar uma amostra de 500 OIs, Crystal (2003) observa que 85% utilizava o inglês como língua oficial muito mais que outra língua. O francês, segunda língua mais utilizada, representava 49%. E entre as outras línguas constatadas, apenas o árabe, o espanhol e o alemão superavam os 10%.

Mais surpreendente ainda para Crystal (2003) é observar que das 500 OIs, 169 (cerca de um terço) utilizavam apenas o inglês pra conduzir suas relações. Por outro lado,

---

<sup>5</sup> Embora outras variáveis, como por exemplo, o nível econômico e/ou de instrução do indivíduo, possam afetar a sua habilidade discursiva, busca-se salientar o fato de que poucas pessoas atingem o mesmo nível de fluência na língua inglesa que um anglófono. E aqueles que o fazem geralmente pertencem a uma pequena elite (PIRON, 2002).

como analisa o autor, apenas 13% não utilizavam o inglês de forma nenhuma. Até mesmo na Europa, onde se espera que outras línguas tenham um papel de destaque maior, o inglês predomina. De uma amostra de 1.000 OIs que começavam com *Euro-* cerca de 440 listavam suas línguas oficiais ou de trabalho. Destas 435 (99%), tinham o inglês como língua oficial.

Historicamente, a Liga das Nações foi à primeira aliança internacional a utilizar o inglês de forma primordial em seus procedimentos, tal como assevera Crystal (2003). Além do inglês, o francês também era utilizado como língua oficial e os documentos da Organização eram impressos em ambas as línguas. Considerando a quantidade de membros que a organização agregou inicialmente (cerca de 44) a necessidade de uma língua franca era mais do que óbvia (CRYSTAL, 2003).

Com a substituição da Liga das Nações pela ONU em 1945, a necessidade de uma língua franca tornou-se ainda mais latente. Pela primeira vez na história cerca de 190 países (em alguns organismos da ONU) se faziam presentes em um único encontro (CRYSTAL, 2003). Somada a isso, a proliferação de outros Organismos Internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional no pós-segunda Guerra, geravam a necessidade de uma língua internacional, uma vez que a recorrência ao sistema de tradução e a interpretação em ambientes com essa quantidade de países tornava-se algo dispendioso e impraticável. Nesse sentido, o inglês foi, juntamente com o francês, mantido como a língua de trabalho da Organização, porém não ao acaso, uma vez que o grande promotor de tais instituições eram os Estados Unidos (PECEQUILO, 2005).

Nos dias atuais, a ONU possui seis línguas oficiais e de trabalho: o árabe, o chinês, o inglês, o francês, o russo e o espanhol. Como consta no site da Organização “um delegado pode falar em qualquer uma das línguas oficiais da ONU. O discurso é interpretado simultaneamente para as outras línguas oficiais da ONU<sup>6</sup>”. O emprego de um discurso em uma língua não oficial pode ser feito, desde que, o delegado forneça a tradução escrita ou a interpretação simultânea<sup>7</sup> para uma das línguas oficiais.

Institucionalmente, a ONU defende o multilinguismo como um fator essencial para a promoção da comunicação harmoniosa entre os povos<sup>8</sup>. De acordo com o preâmbulo da Resolução 65/311<sup>9</sup> que versa sobre o multilinguismo, a Assembleia das Nações Unidas

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.un.org/en/sections/about-un/official-languages/index.html>>. Acesso em: 05/10/2015. Tradução minha.

<sup>7</sup> Atualmente a tradução e a interpretação continuam sendo os principais sistemas de comunicação na ONU. Porém, devido à própria impossibilidade desse sistema abarcar todas as línguas dos Estados membros, algumas línguas são priorizadas em detrimento de outras. Ademais, tal sistema: acarreta gastos financeiros astronômicos para a Organização; produz um grande gasto de energia psíquica tanto dos interpretes quanto entre os ouvintes; e gera perda de tempo. Frequentemente as informações veiculadas também carecem de fidedignidade e inteligibilidade (PIRON, 2002).

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www.un.org/sg/multilingualism/index.shtml>>. Acesso em: 05/10/2015.

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/65/311>>. Acesso em: 05/10/2015

reconhece este último “como um meio de promover, proteger e preservar a diversidade de idiomas e culturas em todo o mundo”. O multilinguismo é tido também como um fator que “promove a unidade na diversidade e a concórdia internacional”, reconhecendo a importância da comunicação “com todos os povos do mundo em seus próprios idiomas, inclusive em formatos acessíveis a pessoas com deficiência”.

Entre outros pontos, a Resolução 65/311 destaca: “a importância fundamental que tem a igualdade dos seis idiomas”, “Solicita ao Secretário Geral que assegure que todos os serviços de idiomas recebam o mesmo tratamento e que lhes seja proporcionado condições de trabalho e recursos igualmente favoráveis,” “que se traduza a todos os idiomas oficiais a totalidade do material e as bases de dados em inglês que figuram no site das Nações Unidas”, e que se “facilite a informação, a assistência técnica e o material de capacitação das Nações Unidas nos idiomas locais dos países beneficiários sempre que possível”<sup>10</sup>.

É interessante ainda observar o artigo 13 a) desta mesma Resolução que, reconhecendo a preponderância do inglês em relação as outras línguas oficiais, destaca a importância de “utilizar apropriadamente todos os idiomas oficiais das Nações Unidas em todas as atividades do Departamento de Informação Pública da Secretaria a fim de eliminar a disparidade entre o uso do inglês e o uso dos outros cinco idiomas oficiais”<sup>11</sup>.

Essa predominância do inglês é observada por Piron<sup>12</sup> (2002) em um dos momentos que atuou como tradutor de uma associação internacional num encontro da ONU com outras Organizações Não-Governamentais Internacionais (ONGIs). Segundo ele, cerca de “92% das intervenções eram em inglês e 87% dos que intervinham eram de língua materna inglesa”. Esse quadro, porém, é algo comum e bastante conhecido dos profissionais que trabalham não apenas na ONU, mas também em outras OIs (PIRON, 2002, p.15).

Não obstante defenda o princípio do multilinguismo, como foi observado, a ONU acaba gerando um ambiente de desigualdade e exclusão, uma vez que confere status oficial a algumas línguas em detrimento de outras, limitando assim não somente quem pode ter acesso à palavra, como também em que línguas esta deve ser conduzida (PIRON, 2002). Além disso, vê-se que não existem mecanismos institucionais dentro da ONU que atuem de maneira mais assertiva na promoção e na proteção da diversidade de idiomas no mundo.

No que concerne às línguas oficiais da ONU, observou-se no site da Organização e em alguns Documentos Oficiais que não há uma explicação institucional clara em relação

---

<sup>10</sup> Tradução minha.

<sup>11</sup> Tradução minha.

<sup>12</sup> Claude Piron (1931-2008) Foi um psicólogo suíço diplomado pela Escola de intérpretes da Universidade de Genebra. Ele atuou como tradutor na ONU em Nova York entre 1956 e 1961, onde traduzia do inglês, chinês, espanhol e russo para o francês. Piron também trabalhou durante 8 anos na Organização Mundial de Saúde, principalmente na Ásia Oriental e na África. Disponível em: <<http://claudepiron.free.fr/>>. Acesso em: 05/10/2015

aos critérios que levaram a escolha de cada uma das línguas. Na sua página virtual de *Frequent Asked Questions* (FAQ)<sup>13</sup>, por exemplo, a resposta dada a pergunta de como as línguas oficiais foram escolhidas é de que, desde a sua fundação em 1945, elas simplesmente tem sido as línguas oficiais, com exceção do árabe que é incorporado mais tarde.

A escolha dessas línguas encontra-se positivada no anexo da Resolução 2(1)<sup>14</sup> feita pela Assembleia Geral em 1946, pouco tempo depois que a ONU foi criada. Nesta, mais uma vez, não há maiores detalhes em relação à maneira como o processo de escolha e institucionalização destas línguas foi conduzida.

Considerando essa ausência de explicações, não restam senão possíveis conjecturas dos motivos pelos quais tais línguas foram escolhidas. Observa-se que as línguas oficiais da Organização, não por coincidência, são justamente as línguas dos países vitoriosos da Segunda Guerra, ou seja, Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e China. No que concerne ao árabe, pode-se dizer que a importância geopolítica, econômica e petrolífera dos países do Oriente Médio que possuem essa língua foi o fator decisivo para a incorporação do árabe na Organização. Curiosamente a institucionalização da língua se dá exatamente no mesmo período da eclosão da crise do petróleo.

No que diz respeito ao espanhol, talvez a escolha de uma língua que não provinha de um país desenvolvido pode ter sido vista como um bom mecanismo pra ganhar o apreço e a simpatia de países subdesenvolvidos. Por outro lado, o grande número de falantes da língua ou os esforços do governo espanhol junto a ONU podem ter contribuído para a incorporação do espanhol como língua oficial dessa Organização.

Como foi observado no início desse trabalho, o discurso é um elemento de poder muito importante nas relações internacionais. Logo, o domínio de uma língua faz-se indispensável à produção de um discurso coerente e potencialmente eficaz (PIRON, 2002, p.38). Considerando o atual sistema de comunicação existente na ONU, pode-se inferir que, no âmbito discursivo, Estados cujos idiomas estão no rol das línguas oficiais acabam tendo maiores vantagens.

Constatou-se também que o inglês é a língua mais utilizada no âmbito das organizações internacionais e no próprio sistema ONU. Embora se reconheça que o inglês confere maior possibilidade de participação nas discussões internacionais, e que aqueles/as que o utilizam detêm a capacidade de conferir novos significados ao que é dito, o inverso também é verdadeiro. O uso do inglês produz um sistema desigual, na medida em que

---

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://www.un.org/depts/DGACM/faqs.shtml>>. Acesso em: 05/10/15.

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/032/52/IMG/NR003252.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 05/10/15

alguns possuem mais domínio da língua do que outros, e excludente, para aqueles que não têm domínio algum da língua.

Da mesma forma que a língua inglesa, pode-se alegar que a tradução é um recurso que permite maior participação. Porém, como foi apontado, a tradução é feita apenas em relação às línguas oficiais da organização, constringendo mais uma vez os que podem ou não participar. E mesmo esse sistema possui grandes deficiências. Muito embora alguns governos reconheçam os gargalos do modelo de comunicação atual, pouco é feito no sentido de se considerar alternativas, o que, para Piron (2002) acaba representando uma gestão patológica da comunicação internacional.

Devido a esses problemas, Crystal (2003) aponta que tem ocorrido nas OIs em geral uma tendência à diminuição do número de línguas oficiais. Apesar de, até onde se sabe, não haver nenhum movimento semelhante na ONU, constatou-se que o inglês tem um papel dominante na Organização.

Ao comparar as características de outras línguas com a língua inglesa, Piron (2002, p.58) aponta que esta última “é uma das línguas menos adaptadas às exigências da comunicação internacional” devido, entre outros, à: grande quantidade de expressões idiomáticas, gramática pouco clara, fonética delicada e a imensidão de seu vocabulário. Nesse sentido, Steiner (1975 apud Piron 2002) afirma que, embora muito do que é dito por estudantes estrangeiros, que tem um nível operacional de inglês, seja correto, poucas frases realmente soam corretas.

O primeiro fator que torna difícil o domínio da língua inglesa diz respeito a grande quantidade de expressões idiomáticas, as quais são formadas por um verbo e por uma (ou várias) preposição ou advérbios que, ao serem colocados juntos, adquirem significados completamente distintos do seu significado original. Como exemplo pode-se citar a palavra *look*, cujo significado mais comum é olhar. No entanto, ao ser utilizada juntamente com preposições, a exemplo de *look after* e *look for*, ela adquire o significado de ‘cuidar’ e ‘procurar’ respectivamente.<sup>15</sup> Conhecer tais expressões é segundo Piron (2002) algo fundamental para quem quer saber inglês.

Outra dificuldade na assimilação da língua inglesa está ligada ao seu imenso vocabulário. Como exemplo Piron (2002) cita a palavra ‘grande’ que tem uma noção correspondente a uma única palavra na maioria das línguas. No inglês, contudo, “é preciso sentir se cabe melhor dizer *big*, *large*, *tall*, *great* ou *grand*” (PIRON, 2002, p.54).

A derivação, por sua vez, representa o terceiro desafio no aprendizado da língua inglesa. A ausência de relação entre as palavras *see* (ver) e *invisible* (invisível) é algo difícil

---

<sup>15</sup> Outros exemplos que envolvem a combinação de *look* com outras preposições ou advérbios são: *look around* (ver algo, visitar algo), *look back* (lembrar), *look down on* (debochar, fazer pouco), *look forward* (estar ansioso), *look into* (investigar), *look out* (ter cuidado), *look through* (folhear), *look up* (procurar algo no dicionário), *look up to* (admirar alguém).



pra um chinês compreender segundo Piron (2002). Da mesma forma, para um japonês que utiliza as palavras *ha* (dente) e *isha* (médico) para formar a palavra *haisha* (dentista), é complicado aceitar que *tooth* (dente) e *dentist* (dentista) não possuem similaridade alguma.

Além dos fatores acima, a fonética da língua inglesa é bastante complicada. Consoante Piron (2002, p.55) “Poucas línguas têm tal gama de sons vogais, dos quais muitos não existem nas línguas de outros povos, e que devem ser discernidos se quisermos compreender o que nos é dito”. Como exemplo o autor cita as palavras *ship* (navio), onde o som do i fica em algum lugar entre o i e o e, e a palavra *sheep* (ovelha) que possui um i mais longo<sup>16</sup>.

Em virtude do quadro acima, Piron (2002) aponta que a quantidade de pessoas aptas a participar de uma negociação internacional pode ser restringida pela sua habilidade de pronunciar sons que são inexistentes em sua língua materna. Logo, “Em vez de confiar a negociação à pessoa mais qualificada no plano técnico, jurídico ou diplomático, se enviará aquela com melhor desempenho em inglês” (PIRON, 2002, p. 55).

De maneira geral, o argumento central de Piron (2002) é de que as línguas não são todas difíceis, mas de que há uma hierarquização no que diz respeito “à rapidez da aprendizagem e a facilidade de manejo, e isso, pelo conjunto da população do mundo<sup>17</sup>” (Piron, 2002, p.58). O indonésio, por exemplo, é elencado como uma das línguas mais fáceis por possuir uma gramática bastante regular, não apresentar grandes dificuldades de escrita e pronuncia, e ser escrita a partir do alfabeto latino onde cada letra tem um único som e cada som uma única letra.

Além dos altos custos e da falta de fidedignidade e inteligibilidade da informação que, por vezes, outros inconvenientes gerados por esse sistema são a perda de tempo, o gasto de energia nervosa e as frustrações que ocorrem a fim de que a informação seja transmitida (PIRON, 2002). Levando em consideração tais fatores, e que o prazer e a eficácia da comunicação acabam sendo comprometidos, faz-se necessário considerar alternativas.

Como ressalta Piron (2002, p.61):

O desejo de comunicar simplesmente em total igualdade, acima das barreiras linguísticas, desejo perfeitamente legítimo numa época em que as relações internacionais são de uma densidade sem precedente, não pode ser satisfeito pelos métodos que os Estados e o conjunto da sociedade aplicam atualmente.

Nesse sentido, o próximo tópico deste artigo objetiva analisar o porquê o esperanto representa uma alternativa viável ao modelo de comunicação atual. Primeiramente, buscarei

---

<sup>16</sup> Outro exemplo pode ser dado em relação aos diferentes sons que a letra ‘a’ possui no inglês, como nas palavras *fat*, *car*, *table* e *law*, cujas transcrições fonéticas são /æ/, /a/, /ei/ e /ó/ respectivamente.

<sup>17</sup> Para mais detalhes sobre o funcionamento do sistema nervoso e o modo como aquisição de uma língua é feita, confira Piron (2002).

apresentar um rápido histórico do esperanto, bem como sua proposta e funcionamento. Em seguida analisarei o porquê e como o esperanto pode contribuir para relações internacionais mais plurais e democráticas. Por fim, considerarei os desafios e as possibilidades de sua implementação.

### **Esperanto como alternativa a dominância da língua inglesa**

Tratar do esperanto e do movimento esperantista é uma tarefa bastante complexa, uma vez que esta história está ligada a acontecimentos ocorridos em praticamente todo o mundo como aponta Laroca (2009). Além disso, as próprias limitações de tempo e de espaço para a realização do presente trabalho tornam difícil um relato completo e que abarque a importância devida ao esperanto. É reconhecendo tais limites que essa primeira seção busca fazer um breve apanhado histórico do surgimento da língua e de sua proposta.

Falar do esperanto é também falar da história de um homem chamado Lázaro Luiz Zamenhof, o qual iniciou os fundamentos da língua<sup>18</sup>. Zamenhof nasceu no dia 15 de Dezembro de 1859 na cidade de Bialistoque, atual Polônia, que se encontrava à época sob domínio do império russo. Esse foi um período em que a Polônia, de maneira geral, sofria grandes tensões sociais, raciais, religiosas e culturais, em virtude da diversidade de povos que habitavam o país (MOTA, 2014).

Esse contexto de tensão contínua em que Zamenhof foi criado, onde os diversos grupos defendiam suas culturas e constantemente se hostilizavam entre si, foi essencial para que aquele jovem, sensível e superdotado, tivesse a ideia de criar uma língua por meio da qual as pessoas conseguissem se comunicar de maneira compreensível e tolerante.

O próprio ambiente familiar em que o menino Zamenhof nasceu contribuiu decisivamente para que este tivesse conhecimento e aptidão em várias línguas. Filho de Libe e Mark, ambos judeus, Zamenhof era já na sua infância bilíngue, uma vez que sua mãe falava ídiche e seu pai, apesar de saber alemão, francês e o próprio ídiche, falava principalmente em russo com o menino (KISELMAN, 2009). Antes que sua família se mudasse para Varsóvia, época em que Zamenhof tinha apenas 14 anos, Mark foi professor de geografia e de línguas modernas em Bialistoque.

Além dos idiomas do pai e da mãe, Zamenhof também aprendeu polonês e alemão. Na escola, ele teve contato com línguas clássicas, as quais correspondiam naquele tempo ao latim, grego, hebraico e aramaico (KISELMAN, 2009). Além destas, consoante Kiselman (2009, p. 3)<sup>19</sup>:

[...] É provável que ele soubesse, em diferentes níveis, cerca de 14 línguas: ídiche, russo, alemão, francês, polonês (todos estes ele falava fluentemente), e então hebraico, latim, grego, aramaico, inglês,

---

<sup>18</sup> Optei por utilizar a palavra iniciou em vez de criar porque o próprio Zamenhof declarou que não queria ser considerado o criador da língua mais apenas seu iniciador (LAROCA, 2009).

<sup>19</sup> Tradução minha.

volapuke; possivelmente o italiano e lituano, e, mais importante – esperanto!

Segundo Laroca (2009), Zamenhof não possuía cursos em fonética, linguística e filologia, fazendo uso apenas de sua intuição e, não menos importante, de seu conhecimento dessas diversas línguas para a criação do esperanto<sup>20</sup>. Logo, os estudos iniciais de Zamenhof foram feitos por meio da imitação desses idiomas. No entanto, ao contrário destes últimos, e de grande parte dos idiomas em geral, onde os sufixos e prefixos têm um caráter mais aleatório, Zamenhof optou por utilizá-los de maneira mais extensa e regular no esperanto (MOTA, 2014).

As características supracitadas fazem com que o esperanto tenha um dicionário muito menor, embora não menos rico, bem como, que o seu usuário crie de maneira rápida e com menos esforço mental as palavras que deseje (PIRON, 2002). Desta feita, já aos 19 anos de idade, Zamenhof apresentou a seus colegas de classe a primeira versão daquilo que ele intitulou *lingwe universala* (língua universal) e que mais tarde viria a ser a *lingvo internacia* (língua internacional) (LAROCA, 2009).

O traço mais característico do esperanto, e que torna seu aprendizado muito mais fácil quando comparado a outros idiomas, é a sua regularidade, onde cada letra possui um som e cada som apenas uma letra. Tais características exigem um esforço muito menor da memória auditiva quando se compara com o inglês, por exemplo, onde uma letra pode possuir diferentes sons.

A correspondência entre um som e uma letra no esperanto também facilita a escrita e a leitura nesse idioma, pois ao aprender o som de cada letra, o falante do esperanto não está sujeito a erros de pronuncia. O que é diferente do inglês, por exemplo, onde o falante precisa ouvir, pelo menos uma vez, cada palavra a fim de lê-la e pronunciá-la corretamente.

Outra característica singular do esperanto é a regularidade de suas classes gramaticais, que são representadas por uma única letra. O verbo no infinitivo, por exemplo, será sempre sucedido pelo sufixo –i, o substantivo será sempre com o sufixo -o, o adjetivo com o sufixo -a, o advérbio com o sufixo -e, e assim por diante<sup>21</sup>.

Fazendo uma comparação com o português, os verbos amar e aprender, por exemplo, são traduzidos como *ami* e *lerni*. Os substantivos amor e aprendizagem são *amo* e *lerno* no esperanto. Os adjetivos amoroso e aprendiz são, no esperanto, *ama* e *lerna*. A partir desses exemplos vê-se que a variabilidade existente no português é muito maior. Já no esperanto o esforço mental feito para formar palavras e se comunicar é muito menor,

---

<sup>20</sup> Apesar de inicialmente ter criado um léxico próprio para o esperanto, conforme aponta Mota (2014), a dificuldade de memorizar tais palavras, levou Zamenhof a utilizar raízes de palavras russas, alemãs e latinas. Para maiores detalhes a respeito da influência dessas línguas na criação do esperanto confira Kiselman (2009).

<sup>21</sup> Para uma análise completa das 16 regras do esperanto confira Laroca (2009)

uma vez que, ao se aprender um princípio pode-se utilizá-lo invariavelmente em toda a língua<sup>22</sup>.

Semelhantemente ao esperanto, no inglês os infinitivos são feitos unicamente com a colocação da partícula *to* antes de cada um dos verbos. No entanto, ao partir para a análise de outros elementos da língua como substantivos e adjetivos, o elemento de variabilidade volta à tona. Logo, *amo* e *lerno*, corresponderiam a *love* e *learning*, enquanto que *ama* e *lerna*, a *lovely/lovable* e *learner/apprentice*.

Além dos elementos estruturais internos da língua, que permitem o movimento natural do pensamento e diminuem o gasto de energia nervosa, o fato do esperanto não pertencer a nenhuma nação faz dele uma língua neutra. Isso acaba também por gerar maior igualdade entre os Estados no que concerne ao discurso, uma vez que, diferentemente da língua inglesa, todos teriam que aprender o esperanto.

Uma crítica bastante comum feita ao esperanto é o fato deste ser também uma língua ocidental, o que, em última análise, continuaria a conferir vantagens aos países do Ocidente em detrimento do Oriente. No entanto, conforme Piron (2002), tal afirmação deve ser relativizada, pois, no que concerne a regularidade presente na língua, o esperanto tem muito mais haver com um bom número de línguas orientais<sup>23</sup>.

Piron (2002) reconhece que a utilização do esperanto não é a solução ideal ou perfeita para o problema da comunicação internacional, porém é a mais rentável e agradável. Desta feita, o autor se propõe a desenhar um quadro comparativo a fim de avaliar a eficácia de quatro sistemas atualmente utilizados na comunicação internacional: o sistema ONU (que possui um número limitado de línguas e que recorre à interpretação simultânea e a tradução de documentos), o sistema das multinacionais (onde há o uso predominante do inglês), o sistema da União Europeia (onde a língua de cada Estado Membro é aceita, mas também se faz uso da interpretação simultânea e da tradução dos documentos) e o uso do esperanto.

Nesse estudo comparativo, Piron (2002) analisa os sistemas supracitados a partir de 13 critérios, entre os quais: duração do aprendizado prévio (no nível individual), investimento prévio dos Estados, perda ou distorção da informação e desigualdade ou discriminação<sup>24</sup>. Ao fim do estudo, ele conclui que a fórmula mais vantajosa seria a aplicação do esperanto.

---

<sup>22</sup> Tal elemento foi intitulado por Piaget (apud Piron 2002) de assimilação generalizadora, onde ao assimilarmos um elemento da língua tendemos a generalizá-lo. Porém, diferentemente do esperanto, a maior parte das línguas seguem no sentido contrário desse processo, tal como foi demonstrado com os verbos em infinitivo na língua portuguesa.

<sup>23</sup> Como exemplo o autor cita o chinês, no qual o radical das palavras, semelhantemente ao esperanto, varia bem menos. A título de ilustração, Piron (2002) cita as palavras *wo* e *wode* (que no chinês querem dizer eu e meu) e que correspondem a *mi* e *mia* no esperanto.

<sup>24</sup> Para uma análise completa confira Piron (2002).

Nas relações entre países do Norte e países do Sul, Piron (2002) ainda alega que o esperanto seria uma forma de reduzir as desigualdades existentes. O atual custo que se tem para o acesso de obras em outras línguas acaba por conferir a determinados países e/ou indivíduos maior monopólio da informação, e, portanto, de influência e poder nas relações internacionais. A utilização do esperanto, segundo o autor, diminuiria o custo de reprodução dessas informações em diferentes línguas, ampliando o acesso à informação e ao conhecimento pelos países do Sul.

No âmbito da ONU, a discussão sobre o esperanto remonta a sua predecessora Sociedade das Nações. Segundo Piron (2002, p. 113), em um documento intitulado *O esperanto como língua auxiliar internacional*, que data de 1922, a Sociedade recomenda aos países que:

“reconheçam a importância de difundir o uso universal de uma língua auxiliar prática para facilitar a comunicação internacional, engajando-se em introduzir gradualmente em suas escolas públicas o ensino do esperanto e em informar a Sociedade das Nações das medidas que eles decidirem tomar a esse respeito, seja por disposição legislativa, seja por decreto administrativo”.

Ao longo do documento encontram-se diversos testemunhos e relatos da efetividade do esperanto na comunicação entre diferentes delegações e Estados. A fluidez e a igualdade com que se dá a troca de informações na língua é algo fortemente atestado por esse relatório. Considerando os efeitos benéficos do esperanto, a delegação iraniana propõe a adoção daquele nas relações internacionais. Segundo Piron (2002), tal projeto acaba por ser ridicularizado e descartado pelas potências da época que visavam à manutenção de sua supremacia e influência cultural.

Recentemente, por ocasião da Rio+20, ocorrida em 2012 na cidade do Rio de Janeiro, as duas principais organizações do esperantismo mundial, A *Universala Esperanto-Asocio* – UEA<sup>25</sup> (Associação Universal de Esperanto) e a *Tutmonda Esperantista Junulara Organizo* – TEJO (Organização Mundial da Juventude Esperantista), tiveram aceitas suas propostas para o Documento de Compilação da *United Nations Conference on Sustainable Development* – UNCS-D-RIO+20 (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável).

---

<sup>25</sup> A Associação Universal de Esperanto (AUE) é a maior organização internacional para os falantes do esperanto. Ela foi fundada em 1908 e sua sede encontra-se em Rotterdam, na Holanda. No seu estatuto, a AUE elenca como finalidades da Associação: divulgar o uso da língua internacional esperanto; atuar para a solução do problema linguístico nas relações internacionais e facilitar a comunicação internacional; facilitar os relacionamentos espirituais e materiais de qualquer espécie entre os homens, apesar das diferenças de nacionalidade, raça, sexo, religião, política ou língua; fazer crescer entre seus membros um sólido sentimento de solidariedade e desenvolver neles a compreensão e estima por outros povos. Disponível em: <[http://www.uea.org/info/pt/kio\\_estas\\_uea](http://www.uea.org/info/pt/kio_estas_uea)>. Acesso em 05/10/2015.

Entre outras coisas, as propostas dos dois movimentos sugeriam que as recomendações feitas pela Rio+20 envolvessem a promoção de políticas que: protegessem a diversidade linguística, promovessem uma comunicação efetiva e condenassem práticas que levassem a extinção de línguas e ao domínio de línguas maiores. Ademais, propôs-se que fosse levado em consideração o potencial de uma língua internacional, a qual além de neutra fosse de fácil aprendizado e clareza. Nesse sentido, o próprio movimento advogou e continuar advogar em favor do esperanto<sup>26</sup>.

A AUE possui além de possuir relações formais com a ONU também oferece consultoria no que diz respeito ao esperanto. É válido ressaltar que, da mesma forma que sua predecessora, a ONU e diversas agências tal como a UNESCO, recomendam o ensino do esperanto aos seus países membros. Esta ultima o faz por meio da Resolução de 1954, aprovada e celebrada em Montevideu (Uruguai), e da Resolução de 1985, ocorrida em Sófia (Bulgária).

Considerando o panorama acima se percebe que existem vários esforços no sentido de promover o esperanto como língua para a comunicação internacional. Foram demonstrados ainda os inúmeros fatores que fazem do esperanto uma alternativa menos custosa e mais horizontal para os Estados e os indivíduos.

A implementação no âmbito da ONU, porém, enfrenta uma série de desafios. Segundo Piron (2002), os principais desafios que o esperanto enfrenta são: 1) a falta de apoio político e financeiro; 2) a falta de informação e de pouco conhecimento em torno da língua desde o século XX, o que acaba por criar visões distorcidas desta ultima; 3) a resistência de diversos Estados e a ignorância da academia e, por fim 4) a oposição, muitas vezes inconsciente em relação ao esperanto, que foge a concepção de língua materna que a maior parte de nós tem<sup>27</sup>.

### **Considerações finais**

Foi visto ao longo do trabalho os diversos motivos pelos quais o sistema atual de comunicação na ONU não tem sido totalmente eficaz. Entre estes se cita: a falta de inteligibilidade e fidedignidade das informações frequentemente traduzidas e os altos custos financeiros, psíquicos e de tempo que tal sistema acarreta. A isso se soma a prevalência de alguns idiomas, e conseqüentemente de um melhor desempenho discursivo dos falantes nativos desses idiomas, grande parte das vezes.

O inglês, por sua vez, apesar de ser um elemento conector e de permitir não só que outros discurssem, mas também que produzam novas formas de agir e de pensar na língua inglesa, se mostra um dos idiomas menos adaptáveis a comunicação internacional. A

---

<sup>26</sup> Disponível em: <<http://www.febnet.org.br/blog/geral/estudos/ultimas-noticia>>. Acesso em 05/10/15

<sup>27</sup> Para mais detalhes confira Piron (2002)

dificuldade que decorre desse idioma, quando comparado a outros, acaba por torná-lo concomitantemente uma ferramenta de hierarquização e exclusão.

Tomando como referência Piron (2002) vê-se que dois futuros cenários podem ser delineados para a comunicação internacional. O primeiro é caracterizado pela perpetuação do atual sistema onde algumas línguas continuariam a manter e deter um status especial. O segundo, por sua vez, corresponde à utilização do esperanto como língua internacional, considerando a insustentabilidade dos sistemas presentes.

Em suma, ao entendermos que a realidade não nos é dada, mas sim construída pelas nossas ações também não é insensato supor que o esperanto pode vir a ser a língua futura da comunicação internacional. Como afirma Antoine de Saint-Exupéry: “O futuro [...] que estamos criando [...] não é encontrado, mas construído e o ato de fazê-lo muda tanto o realizador quando o destino”.

### Referências Bibliográficas

ADLER, Emanuel. O construtivismo no estudo das relações internacionais. *Lua Nova*, São Paulo, n. 47, p. 201-246, Aug. 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451999000200011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451999000200011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 05/10/2015.

CLAUDE PIRON. *Biographie*. Disponível em: <<http://claudepiron.free.fr/>>. Acesso em: 05/10/2015.

CRYSTAL, David. *English as a global language*. Cambridge: Cambridge University press, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. 1989. *Language and Power*. Harlow: Longman Group UK Limited.

FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA. (2012) *Do Movimento Esperantista Esperanto e Rio+20*. Disponível em: <<http://www.febnet.org.br/blog/geral/estudos/ultimas-noticia/>>. Acesso em: 05/10/2015.

FOUCAULT, Michel. *Ordem do discurso*. Edições Loyola, 2004.

GOMES, Aureo de Toledo. Análise do Discurso e Relações Internacionais: Duas Abordagens. *Revista Política Hoje*, América do Norte, p. 642-676, 2012. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/politica/hoje/index.php/politica/article/viewArticle/109>>. Acesso em 05/10/15.

KISELMAN, Christer. Esperanto: its origins and early history. *Prace Komisji Spraw Europejskich PAU. Kraków: Polska Akademia Umiejętności*, p. 39-56, 2008. Disponível em: <<http://lax.math.uu.se/~kiselman/pau2008.pdf>> Acesso em: 05/10/15.

LAROCA, Maria Nazaré de Carvalho. *O caráter verbo-nominal do aspecto em esperanto*. Niterói: UFF, 2009. 391 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

LEITE, Lucas Amaral Batista. O discurso como objeto de estudo e instrumento metodológico nas Relações Internacionais. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v. 1, n. 1, p. 182-207, 2012.

MOTA, Claudia Angelica. *História do esperanto e a importância de uma língua auxiliar*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2014. 61 f. Trabalho de Graduação Interdisciplinar (Licenciatura em Pedagogia) - Centro de Ciências e Humanidades da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.

NACIONES UNIDAS. *Asamblea General. Resolución nº 65/311 de 2011* <<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/65/311>>. Acesso em: 05/10/2015.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das relações internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* Porto Alegre: UFRGS, 2005.

PENNYCOOK, A. D. *The Cultural Politics of English as in International Language*. London: Longman, 1994.

PIRON, Claude. *O Desafio das Línguas: da má gestão ao bom senso*: Trad. Ismael Mattos Andrade Ávila. Campinas, SP: Pontes Editores: Brasília, DF: BEL, 2002.

RASH, Felicity J. *The Language of Violence: Adolf Hitler's Mein Kampf*. Peter Lang, 2006.

RILEY, Philip. *Language, Culture and Identity: an Ethnolinguistic Perspective*. London: Continuum, 2007.

SALES JR, Ronaldo. *O nascimento da nação: Estado, modernização nacional e relações étnico-raciais entre o Império e o início da República*. Ciências Sociais Unisinos, v. 44, n. 2, p. 119-129, 2008.



UNITED NATIONS. *Frequently Asked Questions (FAQs)*. Disponível em: <<http://www.un.org/depts/DGACM/faqs.shtml>>. Acesso em: 05/10/2015.

UNITED NATIONS. General Assembly. *Resolution adopted on the first committee de 1946*. Disponível em <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/032/52/IMG/NR003252.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 05/10/2015.

UNITED NATIONS. *Official Languages*. Disponível em: <<http://www.un.org/en/sections/about-un/official-languages/index.html>>. Acesso em: 05/10/2015.

UNITED NATIONS. (2015) *Multilingualism*. Disponível em: <<http://www.un.org/sg/multilingualism/index.shtml>>. Acesso em: 05/10/2015.

UNIVERSALA ESPERANTO – ASOCIO. *O que é a UEA?* Disponível em: <[http://www.uea.org/info/pt/kio\\_estas\\_uea](http://www.uea.org/info/pt/kio_estas_uea)>. Acesso em 05/10/2015>. Acesso em: 05/10/2015.

ZEHFUSS, Maja. *Constructivism in international relations: the politics of reality* Cambridge: Cambridge University Press, 2002.